



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 3ª Região  
3ª Turma

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Nº 5000063-41.2025.4.03.0000 RELATOR: Gab. 07 - DES. FED. NERY JÚNIOR AGRAVANTE: --  
----- Advogados do(a) AGRAVANTE: ARTUR RICARDO RATC - SP256828-A, VITOR KRIKOR GUEOGJIAN  
SP247162-A AGRAVADO: UNIÃO FEDERAL

OUTROS PARTICIPANTES:

D E C I S Ã O

----- interpôs o presente agravo de instrumento em face de decisão (Id 347908557) que indeferiu pedido de tutela de urgência, no sentido de *“incluir o Autor no Registro de Despachantes Aduaneiros sem a necessidade de aprovação no Exame de Qualificação Técnica, no prazo máximo de 05 dias, respeitando os procedimentos legais que regulam a matéria, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais)”* em ação de procedimento comum.

O Juízo *a quo* não vislumbrou a presença dos requisitos necessários para a concessão da tutela almejada, *“posto que a situação narrada nos autos é controvertida e demanda melhor instrução do feito, com prévia e regular oitiva da parte contrária, não podendo ser reconhecido de plano pelo Juízo, inexistindo, assim, a necessária verossimilhança”*. Frisou, ainda, *“que verossimilhança do direito não se encontra presente, visto que o tema é objeto de análise pela jurisprudência dos tribunais, com conclusão diversa da defendida na inicial oferecida”*.

O agravante afirma que *“é ajudante de despachante aduaneiro devidamente habilitado pela Receita Federal do Brasil, por publicação no Diário Oficial da União de 6 de julho de 2018”* e *“possui notória experiência na área, tendo interesse em atuar como Despachante Aduaneiro pois poderá ser promovido e ter um rendimento mensal mais significativo para sustentar a si e a sua família, bem como para, eventualmente, montar sua própria comissão de despachos”*.

Argumenta que a exigência de aprovação em Exame de Qualificação Técnica fere o princípio da reserva legal (artigo 5, XIII, CF) e a Súmula vinculante nº 44 do Supremo Tribunal Federal.

Aduz que o Decreto-Lei nº 2.472/88 não cria o requisito de investidura, mas tão somente delega ao Poder Executivo como disporá sobre a forma de investidura na função de Despachante Aduaneiro. Contudo, assevera que o Regulamento Aduaneiro (Decreto 6759/2009, arts. 808 a 810), como decreto, não pode estabelecer a exigência.

Assim, requer a concessão da tutela recursal para incluir o Agravante no Registro de Despachantes Aduaneiros sem a necessidade de aprovação no Exame de Qualificação Técnica. Ao final, pede o provimento do agravo.

Decido.

O Código de Processo Civil de 2015 conferiu nova roupagem às tutelas provisórias, determinando sua instrumentalidade, sempre acessórias a uma tutela cognitiva ou executiva, podendo ser antecedente ou incidente (artigo 295) ao processo principal.

No caso das tutelas provisórias de urgência, requerem-se, para sua concessão, elementos que evidenciem a probabilidade do direito, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo e a ausência de perigo de irreversibilidade da decisão.

O autor/agravante almeja o direito de ter a sua inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros, sem a exigência de aprovação em exame de qualificação técnica.

A aprovação em "exame de qualificação técnica" foi instituída como requisito para o exercício da profissão de despachante pelo artigo 810, VI, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759/2009, com fulcro no artigo 5º, § 3º, do Decreto-Lei nº 2.472/1988.

Dispõe o mencionado Decreto-lei:

*“Art. 5º A designação do representante do importador e do ex-portador poderá recair em despachante aduaneiro, relativamente ao despacho aduaneiro de mercadorias importadas e exportadas e em toda e qualquer outra operação de comércio exterior, realizada por qualquer via, inclusive no despacho de bagagem de viajante.*

*3º Para a execução das atividades de que trata este artigo, o Poder Executivo disporá sobre a forma de investidura na função de Despachante Aduaneiro, mediante ingresso como Ajudante de Despachante Aduaneiro, e sobre os requisitos que serão exigidos das demais pessoas para serem admitidas como representantes das partes interessadas.”*

Por sua vez, o Decreto nº 6.759, de 05/02/2009 assim estabelece:

*Art. 810. O exercício da profissão de despachante aduaneiro somente será permitido à pessoa física inscrita no Registro de Despachantes Aduaneiros, mantido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Decreto-Lei n.º 2.472, de 1988, art. 5º, § 3º). § 1º A inscrição no registro a que se refere o caput será feita, a pedido do interessado, atendidos os seguintes requisitos:*

*VI - aprovação em exame de qualificação técnica.*

Com base no Regulamento Aduaneiro (Decreto 6.759/09), a regulamentação do inciso VI do § 1, do artigo 810, que prevê aprovação em exame de qualificação técnica, foi editada a Instrução Normativa RFB nº 1.209/2011, disciplinando a regra e conteúdo do mesmo.

Dito isso, infere-se que inexistente lei impondo a exigência de aprovação no referido exame.

É certo que, nos termos do art. 5º, XIII, CF, o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão é livre, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

No caso, como dito, não há lei impondo a qualificação, de modo que resta violado os princípios da liberdade do exercício de trabalho ou profissão e da reserva legal.

A questão devolvida já foi diversas vezes apreciada por esta Corte, sendo decidido:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REGISTRO DE DESPACHANTE ADUANEIRO. EXIGÊNCIA DE EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. RECURSO DESPROVIDO.*

- Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que deferiu opedido de tutela provisória de urgência para determinar que a ré, ora agravante, efetuassee a inscrição do autor como despachante aduaneiro, sem a exigência de realização de exame de qualificação técnica, previstas no Decreto n. 6.759/2009 e na Instrução Normativa RFB n. 1.209/2011.*
- É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas asqualificações profissionais que a lei estabelecer (art. 5º, inciso XIII). Temos, portanto, o princípio da liberdade do exercício de trabalho ou profissão, que somente deve se submeter às exigências e restrições legais.*
- Delegar ao Poder Executivo a definição de direitos e obrigações, ainda quepor meio de lei, significa subverter a Ordem Constitucional. O regulamento, por decreto ou qualquer outro meio formal, não pode ser autônomo, no sentido de que lhe cabe apenas detalhar as condições materiais para o exercício de um direito ou uma obrigação, basicamente apontando onde, como e quando deverão ser exercidos ou cumpridos. Contudo, não pode investir em elementos definidores do próprio direito ou da obrigação, posto que fazendo isso estará invadindo a reserva constitucional da lei.*

- Neste contexto, o exercício da profissão de despachante aduaneiro, como qualquer outra, deve observar as prescrições legais, as quais, no caso, são estabelecidas pelo § 3º do art. 5º do Decreto-Lei n. 2.472/1988: “Para a execução das atividades de que trata este artigo, o Poder Executivo disporá sobre a forma de investidura na função de Despachante Aduaneiro, mediante ingresso como Ajudante de Despachante Aduaneiro, e sobre os requisitos que serão exigidos das demais pessoas para serem admitidas como representantes das partes interessadas”.
- Contudo, em que pese o inegável valor de lei dos antigos decretos-leis, as delegações por eles previstas estão desconformes à Constituição Federal de 1988, na dicção expressa do art. 25 do ADCT, o qual previu que “Ficam revogados, a partir de cento e oitenta dias da promulgação da Constituição, sujeite este prazo a prorrogação por lei, todos os dispositivos legais que atribuam ou deleguem a órgão do Poder Executivo competência assinalada pela Constituição ao Congresso Nacional, especialmente no que tange a: I ação normativa; II - alocação ou transferência de recursos de qualquer espécie”.
- Sendo assim, a partir de 180 dias da promulgação da Constituição Federal de 1988, perdeu efeito o § 3º do Decreto-Lei n. 2.472/1988, na parte em que delegava ao Poder Executivo a competência para dispor sobre a investidura na função de despachante aduaneiro, salvo naquilo que é próprio do ato regulamentar. Por tais fundamentos, não poderia o art. 810, VI, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto n. 6.759/2009, estabelecer exigências para o exercício da atividade de despachante aduaneiro, como a aprovação em exame de qualificação técnica, por importar em discriminação não prevista na lei de regência, nem justificável como atributo natural ao encargo.
- Assim, não havendo previsão legal a respeito, inexigível a aprovação em exame de qualificação para a inscrição como despachante aduaneiro.
- Agravo de instrumento desprovido. (TRF 3ª Região, AI 501722753.2024.4.03.0000, 3ª Turma, julgado em 21/11/2024).

ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. REGISTRO DE DESPACHANTE ADUANEIRO. ART. 45, § 2º, DECRETO 646/92. OFENSA AO PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL. RECURSO PROVIDO.

- Inicialmente, resulta prejudicado o agravo interno interposto contra a decisão singular que examinou o pedido de concessão de tutela antecipada de urgência, por força do julgamento deste recurso, uma vez que as questões apontadas pela agravante também são objeto deste voto o qual é, nesta oportunidade, submetido ao colegiado, cumprindo o disposto no art. 1021 do CPC.
- A discussão, ora posta em exame, cinge-se à legalidade da negativa da Receita Federal do Brasil em proceder o registro de Despachante Aduaneiro do apelante, que já é habilitado pela própria RFB, como Ajudante de Despachante Aduaneiro.
- Aduz a parte apelante que a atividade de ajudante de despachante aduaneiro (que é um interveniente do comércio exterior) é muito limitada, permitindo

*que atue somente vinculado a um despachante aduaneiro, nos termos do § 5º, art. 9º da IN RFB nº 1273/2012.*

- *Informa que se depararam com a exigência de aprovação em Exame de Qualificação Técnica, fixada no art. 4º e seguintes da Instrução Normativa RFB nº 1.209/2011, que estabelece requisitos e procedimentos para o exercício das profissões de despachante aduaneiro e de ajudante de despachante aduaneiro.*
- *De fato, a Receita Federal, com fundamento no § 6º do art. 810 do Decreto nº 6.759/09, que regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior, editou a supracitada IN RFB nº 1.209/2011.*
- *Em relação a este ponto, a jurisprudência desta E. Corte aponta no sentido de que, por conta do princípio da reserva legal, afigura-se indevida a imposição do requisito de aprovação em exame de qualificação técnica para o exercício da profissão de despachante aduaneiro pelo Decreto nº 6.759/2009, bem como pela IN RFB nº 1.209/2011, considerando a inexistência de lei que determine tal exigência.*
- *Em razão de tais elementos, em sede de análise sumária se conclui que aprofissão de despachante aduaneiro ou ajudante de despachante aduaneiro não têm os requisitos em lei previstos, de modo que não devem subsistir as exigências do artigo 5º, §3º, do Decreto-Lei nº 2.472/88 ou do artigo 810, inciso VI, do Decreto nº 6.759/09. Precedentes jurisprudenciais.*
- *Agravo interno prejudicado. Apelação provida. (TRF 3ª Região, 4ª Turma, ApCiv 5033401-78.2021.4.03.6100 (https://pje2g.trf3.jus.br/pje/seam/resource/rest/pjelegacy/documento/download/306354464), Rel. Des. Fed. Monica Nobre, julgado em 03/04/2023).*

Logo, neste sumário exame cognitivo, inerente ao momento processual, entendo presentes requisitos autorizadores da tutela requerida, quais sejam, a probabilidade do direito alegado e a o perigo da demora, esse consubstanciado na necessidade de exercício da profissão em comento.

Ante o exposto, **defiro** a medida postulada.

Dê-se ciência ao MM Juízo de origem para as providências cabíveis.

Intimem-se, também a parte agravada para contraminuta.

Após, conclusos.

São Paulo, datado e assinado eletronicamente.

Assinado eletronicamente por: NERY DA COSTA JUNIOR

13/02/2025 15:09:41

NERY DA COSTA JUNIOR 13/02/2025 15:09:41

<https://pje2g.trf3.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ID do documento:  
314459045



25021315094178200000311661143

IMPRIMIR

GERAR PDF